

**Global Dot Com Ltda.**

CNPJ nº 26.280.256/0001-93 - NIRE 35.232.354.676

**Instrumento Particular de Alteração e Transformação de Sociedade Empsária Limitada para Sociedade Anônima**

pelo presente instrumento para fins de Alteração de Contrato Social, os signatários deste: **Alan de Carvalho Ribeiro**, brasileiro, casado, empresário, Carteira de Identidade RG nº MG-12.337.532 SSP-MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 073.768.096-69, residente e domiciliado em Avenida Pentágono, nº 1.100, Al Mata 11, Alphaville Santana de Parnaíba (SP), CEP 06540-900; **Alexandre Heitor Carvalho Junior**, brasileiro, solteiro, empresário, Carteira de Identidade RG nº MG-15.870.084 SSP-MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 125.040.326-09, residente e domiciliado na Rua Luiz Scott, nº 111, Torre Bela, apto 103, Jardim Irapema, Barueri (SP), CEP 06440-260; **Denis Alonso Galvão**, brasileiro, casado, empresário, Carteira de Identidade RG nº 27.964.929 SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 274.529.558-82, residente e domiciliado na Rua Donna Nina Zanotto, nº 368, Jardim Milena, Santo André (SP), CEP 09182-410; e **Vinicius Debatolo Callegari**, brasileiro, casado, empresário, Carteira de Identidade RG nº 33.719.369 SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 336.883.958-67, residente e domiciliado na Rua Pranhans, nº 50, Vila Floresta, Santo André (SP), CEP 09500-080, únicos sócios da Sociedade Empressária Limitada, denominada **Global Dot Com Ltda.**, com sede na Avenida Paulista, nº 171, 4º andar, Bela Vista, São Paulo (SP), CEP 01310-000, inscrita CNPJ/ME sob o nº 26.280.256/0001-93, com seu contrato social devidamente registrado perante a JUCESP sob o NIRE 5232354566 em seção de 30/11/2020 ("**Sociedade**"), resolvem alterar o Contrato Social da Sociedade nos termos e condições a seguir: **1. Cessão de Quotas - 1.** Inicialmente, o sócio **Alan de Carvalho Ribeiro**, acima qualificado, detentor de 245.000 (duzentas e quarenta e cinco mil) quotas, equivalente a 70,00% (setenta por cento), das quotas sociais da Sociedade, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando R\$ 245.000,00 (duzentas e quarenta e cinco mil reais), totalmente subscritas e integralizadas, cede e transfere, como cedido e transferido tem, parte de sua participação na sociedade, correspondente a 43.619 (quarenta e três mil, seiscentos e dezenove) quotas, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, dívidas, dúvidas, gravames ou encargos de qualquer natureza, com tudo que as mesmas representam, da seguinte forma: (i) 7.270 (sete mil, duzentas e setenta) quotas cedidas e transferidas ao sócio **Alexandre Heitor Carvalho Junior**, qualificado acima, pelo mesmo valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, já liquidado, com tudo que as mesmas representam, o qual assume todos os direitos e obrigações referentes a tais quotas.; (ii) 14.540 (quatorze mil, quinhentas e quarenta) quotas cedidas e transferidas ao sócio **Denis Alonso Galvão**, qualificado acima, pelo mesmo valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, já liquidado, com tudo que as mesmas representam, o qual assume todos os direitos e obrigações referentes a tais quotas.; e (iii) 21.810 (vinte e um mil, oitocentos e dez) quotas cedidas e transferidas ao sócio **Vinicius Debatolo Callegari**, qualificado acima, pelo mesmo valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, já liquidado, com tudo que as mesmas representam, o qual assume todos os direitos e obrigações referentes a tais quotas. 2. Com relação as transferências de quotas mencionadas no item 1 acima, os sócios **Alexandre Heitor Carvalho Junior**, **Denis Alonso Galvão** e **Vinicius Debatolo Callegari**, qualificados acima, e a Sociedade renunciam expressamente, entre si, ao direito de preferência na aquisição das quotas cedidas e transferidas pelo sócio **Alan de Carvalho Ribeiro**, restando cumprido o disposto nos artigos 1.057 e 1.081 do Código Civil 3. Os sócios **Alan de Carvalho Ribeiro**, **Alexandre Heitor Carvalho Junior**, **Denis Alonso Galvão** e **Vinicius Debatolo Callegari**, bem como a Sociedade, dão-se, reciprocamente, plena, geral e rasa quitação relativamente às cessões e transferências, bem como a subscricao de quotas ora acordadas no item 1 acima, declarando nada mais haver reclamar um do outro, no presente ou no futuro, a que tilulo for. 4. Diante dos atos acima, o capital social da Sociedade passa a ser distribuído da seguinte forma:

Sócio	Quotas	Valor (R\$)
Alan de Carvalho Ribeiro	201.381	R\$ 201.381,00
Alexandre Heitor Carvalho Junior	24.770	R\$ 24.770,00
Denis Alonso Galvão	49.540	R\$ 49.540,00
Vinicius Debartolo Callegari	74.310	R\$ 74.310,00
<b>Total</b>	<b>350.000</b>	<b>R\$ 350.000,00</b>

1. **Transformação do Tipo Societário** - 5. Ao seguinte, resolvem os sócios, por unanimidade, aprovando independentemente de dissolução e liquidação, a transformação do tipo societário da Sociedade, de uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, regida pelos artigos 1.052 a 1.087 do Código Civil Brasileiro de 2002, para uma sociedade por ações de capital fechado, regida pela Lei nº 6.404/1976, que passará a ser denominada **Global Dot Com S.A.**, não importando tal transformação em qualquer solução de continuidade, permanecendo em vigor os direitos e obrigações sociais, a mesma escrituração comercial e fiscal, e o mesmo objeto social. 6. Em consequência da deliberação contida no item 5, acima, as 350.000 (trezentos e cinquenta mil) ações de capital fechado, nominativas e sem valor nominal, emitidas e pagas em moeda corrente, no valor nominal de R\$ 100,00 (cem reais), são, neste ato, convertidas na mesma quantidade de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, distribuídas entre os acionistas, conforme **Boletim de Subscrição** anexo I. Anexo I.

**II. Estatuto Social - 7.** Deliberada a transformação da Sociedade em sociedade por ações, nos termos acima indicados, os sócios aprovaram, por unanimidade, o Estatuto Social da **Global Dot Com S.A. ("Companhia")**, constante no **Anexo II** do presente instrumento, e que passa doravante a reger a Companhia. **IV. Eleição da Diretoria - 8.** Foi aprovada a eleição para os cargos de Diretores da Companhia, a saber: (i) ocupando o cargo de **Diretor Presidente**, o Sr. **Alan de Carvalho Ribeiro**, brasileiro, casado, empresário, Carteira de Identidade RG nº MG-12.337.532 SSP-MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 078.768.096-69, residente e domiciliado em Avenida Pentágono, nº 1.100, Al Mala 11, Alvalávia Santana de Parnaíba (SP), CEP 06540-900; (II) ocupando o cargo de **Diretor**, sem designação específica, o Sr. **Vinicius Debartolo Calegari**, brasileiro, casado, nascido em 10/11/1984, empresário. Carteira de Identidade RG nº 33.719.369 SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 336.883.958-67, residente e domiciliado na Rua Piranhas, nº 50, Vila Floresta, Santo André (SP), CEP 09050-080. Os Diretores eleitos tornaram posse de seus cargos mediante a oposição de suas assinaturas em plano a ser lavrado em livro próprio. Os Diretores ora eleitos aceitaram os respectivos cargos, tendo afirmado que conhecem plenamente a legislação aplicável e declarado que não estão incluídos em quaisquer crimes previstos em lei, que os impediriam de exercer as atividades mercantis ou a administração de sociedades mercantis, tendo, firmado, nos termos do artigo 147 da Lei nº 6.404/1976, os respectivos Termos de Posse e Declaração de Desimpedimento, arquivados na sede da Companhia, conforme anexos ao presente ("Anexo II"). Os Diretores permanecerão em seus respectivos cargos até a realização da assembleia geral ordinária a ser realizada em 2024. E, estando justas e contratadas, as Partes assinam esse instrumento em 3 (três) vias de igual teor, para que produza seus jurídicos efeitos. São Paulo (SP), 2 de maio de 2022. **Alan de Carvalho Ribeiro**; **Alexandre Heitor Carvalho Junior**; **Denís Alois Galvão**; **Vinicius Debartolo Calegari**. Advogado: Márcio Valério de Bessa - OAB-SP nº 237.864. JUCESP NIRE 3530059697-8. JUCESP nº 367.581/22-0 em 20/07/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral

**Estatuto Social - Denominação - Artigo 1º -** A Global Dot Com S.A. ("Companhia"), que adota o nome fantasia "Global Dot Com", é uma sociedade anônima de capital fechado e será regida por este Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis, incluindo a Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações" ou "LSA", **Seção e Filiais - Artigo 2º** - A Companhia tem sede e for na Avenida Paulista, nº 171, 4º andar, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01310-000, inscrita CNPJ/ME sob o nº 28.280.250/0001-93, e poderá, mediante deliberação da Diretoria, abrir, manter e fechar escritórios, dependências, agências ou filiais em qualquer parte do território nacional ou do exterior, observadas as disposições legais aplicáveis, mediante a deliberação da Assembleia Geral de Acionistas. **Objeto Social - Artigo 3º** - A Companhia tem como objeto social: (i) o desenvolvimento de portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet; (ii) comércio varejista de material elétrico; (iii) comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática; (iv) desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis; (v) tratamento de dados para processamento. **Prazo de Duração - Artigo 4º** - O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capital Social - Artigo 5º** - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado é constituído de 350.000 (trezentas e cinquenta mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalizando o capital de R\$ 350.000,00 (trezentas e cinquenta mil reais). **§ único** - As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio. **Artigo 6º** - A Companhia poderá emitir ações ordinárias e preferenciais, estas últimas com prioridade no reembolso de capital, com prêmio ou sem ele, nos termos do artigo 17, inciso II da Lei das Sociedades por Ações. As ações ordinárias ("ON") e ações preferenciais ("PN") terão os seguintes direitos e vantagens, conforme espécie: **§ 1º** - Cada ação ordinária ("ON") do direito a (i) um voto nas deliberações das Assembleias Gerais, cujas deliberações serão tomadas na forma prevista neste Estatuto e Lei das S.A. **§ 2º** - As ações preferenciais ("PU") não conferem direito a voto aos seus titulares, exceto nas hipóteses previstas na Lei das S.A., mas conferirão aos seus titulares os seguintes direitos e vantagens: (i) prioridade no reembolso do capital, com prêmio ou sem ele; e (ii) inclusão em eventual oferta pública alienação do controle da Companhia, sendo assegurado aos seus titulares o recebimento do preço igual a 100% (cem por cento) do valor pago por cada ação ordinária. **§ 3º** - É permitida a conversão de ações preferenciais em ordinárias e de ordinárias em preferenciais, desde que referida conversão seja aprovada em Assembleia Geral de Acionistas, conforme quórum estabelecido por este Estatuto e a legislação aplicável. **§ 4º** - A propriedade das ações de emissão da Companhia será comprovada pela devida inscrição do nome do titular no livro de "Registro de Ações Nominativas", sendo vedada a emissão de certificados. **§ 5º** - Poderá a Companhia, mediante autorização da Assembleia Geral, adquirir ações de sua própria emissão ou negociar com opções de venda e de compra referenciadas em ações de sua própria emissão, para cancelamento ou permanência temporária em tesouraria e posterior alienação. **§ 6º** - O preço de emissão das ações, assim como as condições e prazos para sua integralização, serão fixados pela Assembleia Geral que terá em conta, na sua fixação, dentre outros fatores julgados relevantes, (a) o valor do patrimônio líquido da Companhia, (b) as perspectivas de rentabilidade da Companhia e (c) a diluição da participação societária dos acionistas. **Artigo 7º** - Por deliberação da Assembleia Geral, o capital social da Companhia pode ser aumentado mediante a capitalização de lucros ou reservas, sendo facultativa a emissão de novas ações. **§ 1º** - Os acionistas têm direito de preferência, na proporção de suas respectivas participações, na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição de emissão da Companhia ou quaisquer outros títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações ou que, de qualquer forma, confirmam ao seu titular quaisquer dos direitos de sócio, devendo tal direito ser exercido no prazo legal de 30 (trinta) dias. **§ 2º** - A mora do acionista na integralização de seu capital importará na cobrança de juros de 1% (um por cento) ao mês, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da prestação, sem prejuízo das demais sanções legais. **Artigo 8º** - As ações são indivisíveis em relação à Companhia. **Assembleia Geral de Acionistas - Artigo 9º** - A Assembleia Geral, convocada na forma da Lei das S.A. e do presente Estatuto Social, é competente para decidir sobre todos os assuntos de interesse da Companhia, com exceção dos que, por disposição legal ou estatutária, sejam reservados aos demais órgãos da administração. **Artigo 10º** - A Assembleia Geral reunir-se-á: (a) ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses subsequentes ao término do exercício social, para

deliberação sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei das S.A.; e (b) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais ou o exigirem. § 1º - A Assembleia Geral Ordinária e a Assembleia Geral Extraordinária podem ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora, e instrumentadas em ata única. § 2º - A Assembleia Geral somente poderá deliberar sobre assuntos constantes da ordem do dia, previstos no respectivo edital de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das S.A. § 3º - Todos os documentos relacionados com a ordem do dia serão disponibilizados aos acionistas na sede da Companhia, a partir da data da publicação do primeiro edital de convocação. **Artigo 11º** - As Assembleias Gerais deverão ser convocadas por qualquer dos Diretores com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência, em primeira convocação, e 5 (cinco) dias de antecedência, em segunda convocação, devendo ser instaladas na forma da lei. Sem prejuízos das formalidades legais, os Acionistas deverão, ainda, ser convocados por telegrama, carta registrada ou e-mail com comprovação de envio, expedidos com a mesma antecedência acima indicada, previamente indicados pelos Acionistas. § 1º - Independentemente de qualquer formalidade prevista neste Estatuto e na Lei das S.A., será considerada regularmente instalada qualquer Assembleia Geral a que comparecer a totalidade dos acionistas com direito a voto e desde que todos os documentos e informações relacionados às matérias a serem deliberadas na respectiva Assembleia Geral tenham sido previamente disponibilizados para análise dos acionistas. § 2º - As Assembleias Gerais poderão instalar-se ou não na presença de Acionistas ou de seus representantes legalmente habilitados que, regularmente convocados e não formando o quórum exigido pela legislação aplicável, assinarem o livro de presença de Acionistas da Companhia, a fim de deliberarem sobre a ordem do dia constante do respectivo edital de convocação. § 3º - As Assembleias Gerais serão presididas, dentre os presentes, por pessoa indicada pela maioria dos acionistas também reunidos em assembleia. Ainda, as assembleias serão secretariadas por alguém escolhido pelo Presidente eleito da referida Assembleia Geral. **Artigo 12º** - Ressalvadas as hipóteses expressamente previstas em lei, as Assembleias Gerais deverão ser instaladas, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) do capital social com direito a voto, e, em segunda convocação, com qualquer número de presentes. **Artigo 13º** - A prática dos atos de representação da Companhia, abaixo estipulados, dependerá da aprovação dos acionistas que representem no mínimo, 80% (oitenta por cento) das ações com direito a voto. (i) alteração do Estatuto Social da Companhia; (ii) aquisição, pela Companhia, de ações próprias para efeito de cancelamento, manutenção em tesouraria ou mesmo alienação; (iii) alienação, permuta ou celebração de qualquer outro negócio que envolva a transferência e/ou aquisição de bens ou direitos de propriedade ou titularidade detida pela Companhia sobre participações societárias ou contas de participação, direta ou indiretamente detidas pela Companhia em outras sociedades; (iv) redução de capital social; (v) aprovação do registro ou cancelamento de registro da Companhia como companhia aberta e abertura de capital e listagem das ações da Companhia (ou qualquer controlada ou coligada) em bolsa de valores; (vi) aprovação de bens indicados por Acionista que pretendam utilizá-los para fins de integralização de capital social da Companhia; (vii) criação e/ou conversão de classes de ações, seja a conversão de ações de preferências em ordinárias ou de ordinárias em preferências; (viii) alteração de preferências, vantagens e condições de resgate e/ou amortização de eventuais ações preferências; (ix) pedido de autoliquidação, de recuperação judicial e/ou extrajudicial; (x) dissolução, liquidação ou cessação do estado de liquidação, assim como eleição do liquidante e julgamento de suas contas; (xi) ratificação da contratação com Partes Relacionadas; (xii) criação ou modificação de reservas estatutárias e/ou assembleares de qualquer espécie; e (xiii) criação de órgãos ou modificação da estrutura organizacional da Sociedade, incluindo, mas não se limitando a, instalação do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, o aumento ou diminuição do número de membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e/ou da Diretoria, a extinção de Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, comitês de quaisquer espécies ou de quaisquer outros órgãos similares, com atribuições relativas à administração ou à fiscalização de atos relativos à Companhia. **Artigo 14º** - Ressalvadas as exceções previstas em lei ou aquelas relacionadas ao art.39 da S.A., as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco. **Administração da Companhia - Artigo 15º** - São órgãos da Administração da Companhia: (a) Diretoria Executiva; (b) Conselho Fiscal, comitês de quaisquer espécies ou de quaisquer outros órgãos similares, com atribuições relativas à administração ou à fiscalização de atos relativos à Companhia. **Artigo 16º** - A administração da Companhia compete a uma Diretoria composta por, no mínimo 2 (dois) diretores, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral para mandatos unificados de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, adimitidos reeleições. § 1º - Os Diretores podem ser, a qualquer tempo, destituídos pela Assembleia Geral. § 2º - Na hipótese de vacância em um dos cargos de Diretor, deverá ser convocada uma Assembleia Geral extraordinária para eleger o substituto, que deverá completar o mandato do diretor substituído. § 3º - Os Diretores assumirão seus cargos mediante assinatura de seus respectivos termos de posse lavrados em livro próprio e permanecerão nos respectivos cargos até que a investidura de seus sucessores se torne efetiva. **Artigo 17º** - A Companhia será representada da seguinte forma: (i) isoladamente, pelo Diretor Presidente ou Diretor sem designação específica; e (ii) em conjunto, por 2 (dois) procuradores, nos termos do parágrafo único deste artigo, abaixo. § Único - As procurações serão outorgadas em nome da Companhia exclusivamente pelo Diretor Presidente, e deverão ter expressamente especificados os poderes outorgados e prazo não superior a 01 (um) ano, exceto as que contenham cláusula *adjudicia*, que poderão ser subscritas por qualquer Diretor Administrativo e outorgadas por prazo indeterminado. **Artigo 18º** - Compete à Diretoria, além da representação da Companhia, a fiel implementação e fiscalização das medidas, políticas, diretrizes e decisões aprovadas pelas Assembleias Gerais, além do exercício das seguintes atividades: (i) organizar, coordenar e supervisionar as atividades das áreas que lhes estiverem diretamente subordinadas; (ii) elaborar relatório anual e levantar o balanço patrimonial geral; (iii) quando conveniente, elaborar e apresentar, à da assembleia-geral proposta para fixação de critérios de valor ou alçada financeira para a prática de atos pelos diretores; (iv) participar das reuniões da Diretoria, concorrendo para a implementação das políticas a serem seguidas pela Companhia, e relatando ou propondo os assuntos da sua respectiva área de supervisão e coordenação para análise e deliberação da Assembleia Geral; (v) comparecer, independentemente de convocação, às assembleias-gerais, salvo se de outra forma determinado pelos referidos órgãos, prestando todos os esclarecimentos solicitados; e (vi) cumprir e fazer cumprir a política e a orientação geral dos negócios da Companhia. **Artigo 19º** - A Diretoria reunir-se-á, no mínimo, uma vez por mês, a cada mês, para discussão de temas de interesse da Companhia; e (ii) sempre que os interesses sociais o exigirem. As reuniões serão convocadas pelo Diretor Presidente, com 3 (três) dias úteis de antecedência, por qualquer meio de comunicação com comprovante de recebimento, dispensando-se essa formalidade quando participar da reunião a totalidade dos membros da Diretoria. § 1º - As reuniões da Diretoria somente serão validamente instaladas com, pelo menos, a presença da maioria dos seus membros e repuntes se -ao válidas as deliberações tomadas pela maioria dos votos dos presentes e permitida a realização fora da sede social, quando conveniente. § 2º - As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação, desde que sejam arquivados na sede da Companhia, e a participação será considerada presença pessoal em referida reunião. § 3º - Ao término de cada reunião será lavrada ata, que deverá ser assinada por todos os Diretores fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas da Diretoria. **Artigo 20º** - É expressamente vedado e será nulo de pleno direito o ato praticado por qualquer Diretor, procurador ou empregado da Companhia que a envolva em obrigações relativas a negócios e operações estranhas ao seu objeto social, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, se for o caso, a que estará sujeito o infrator deste dispositivo. **Conselho de Administração - Artigo 21º** - A Companhia não terá um Conselho de Administração permanente, competindo à Assembleia Geral optar por instalar ou desfazer o Conselho de Administração a qualquer tempo, mediante aprovação dos acionistas que representem a totalidade das ações com direito de voto, na forma prevista no art. 13 (iii) (xii), acima. § 1º - O Conselho de Administração deverá ser composto por 3 (três) membros, acionistas ou não, que serão eleitos pela Assembleia Geral ordinária para um mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. **Conselho Fiscal - Artigo 22º** - A Companhia não terá um Conselho Fiscal permanente, competindo à Assembleia Geral optar por instalar ou desfazer o Conselho Fiscal a qualquer tempo, mediante aprovação dos acionistas que representem a totalidade das ações com direito de voto, na forma prevista no art. 13 (iii) (xii), acima. § 1º - Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral ordinária para um mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. **Exercício Social - Demonstrações Financeiras e Destinação do Lucro - Artigo 23º** - O exercício social da Companhia terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. As Demonstrações Financeiras previstas em lei serão levantadas no dia 31 de dezembro de cada ano. **Artigo 24º** - Apurado o resultado do exercício social, serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda. Do lucro líquido apurado, serão aplicados, antes de qualquer outra destinação: (i) 5% (cinco por cento) para a reserva legal, até a limite de 20% (vinte por cento) do capital social integralizado, sendo que a reserva legal somente poderá ser utilizada para compensação de prejuízos ou aumento de capital social; (ii) após a dedução mencionada no item (i), 25% (vinte e cinco por cento) do saldo do lucro líquido será pago aos acionistas a título de dividendo obrigatório; (iii) sempre que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada ao lucro líquido do exercício, a administração poderá propor, e a Assembleia Geral aprovar, destinar o excesso à constituição de reserva de lucro a realizar, nos termos do artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações; e (iv) o saldo remanescente terá a destinação que lhe for atribuída pela administração, no pressuposto da aprovação da Assembleia Geral e caso esta não delibere de forma diversa. **Artigo 25º** - A Companhia poderá levantar balanços intermediários e, por deliberação dos Acionistas reunidos em Assembleia Geral, declarar e distribuir dividendos à conta dos lucros apurados nesses balanços ou à conta dos lucros acumulados ou de reserva de lucros. **Dissolução e Liquidação - Artigo 26º** - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral determinar o modo de sua dissolução e liquidação, nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que devam funcionar nessa hipótese, fixando as respectivas remunerações, assim como as demais deliberações necessárias, conforme a legislação aplicável. **Acordo de Acionistas - Artigo 27º** - A Companhia e seus Diretores observarão obrigatoriamente quaisquer disposições contidas em todo e qualquer Acordo de Acionistas arquivado na sede social, não produzindo qualquer efeito perante a Companhia os seus Administradores qualquer ato realizado em desacordo com o estipulado em tais Acordos. § 1º - A Companhia não deve registrar, consentir ou ratificar qualquer voto ou aprovação dos acionistas, dos conselheiros de administração ou de qualquer diretor, ou realizar ou deixar de realizar qualquer ato que viole ou que seja incompatível com as disposições de tais acordos de acionistas ou que, de qualquer forma, possa prejudicar os direitos dos acionistas sob tais acordos. § 2º - Os signatários de Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia devem indicar, no momento do arquivamento, representante para comunicar-se com a Companhia, para prestar ou receber informações, nos termos do § 10 do Artigo 118 da Lei das S.A. **Disposições Gerais - Artigo 28º** - Fica eleito o Foro Central da Comarca de São Paulo (SP), para dirimir quaisquer dúvidas ou disputas oriundas do presente Estatuto. **Artigo 29º** - Este Estatuto entra em vigor no dia de sua aprovação pela Assembleia Geral que o aprovar.

Documento assinado digitalmente  
conforme MP nº 2.200-2 de  
24/08/2021, que institui a  
Infraestrutura da Chaves Públicas  
Brasileira - ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa  
Diário de Notícias em seu site de notícias.

**AUTENTICIDADE DA PÁGINA.** A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publilegal.diariodenoticias.com.br/>